

A DECOLONIALIDADE NO CURRÍCULO DAS LICENCIATURAS EM ARTES VISUAIS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO NORDESTE

Andréa Luísa Frazão Silva¹
Walter Rodrigues Marques²
Aline Rachel Frazão Silva³

RESUMO

Este artigo analisa os currículos das licenciaturas em Artes Visuais das Universidades Federais da Região Nordeste, apontando a presença de disciplinas pautadas na decolonialidade, e que contemplem os conteúdos da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. A partir dessas premissas, esta comunicação destaca a construção curricular dos cursos de Artes Visuais nas UF's da Região Nordeste, analisando a presença de disciplinas balizadas no pensamento decolonial. Questionamos acerca dos saberes hegemônicos e colonial, focalizando nos desdobramentos das matrizes curriculares que contemplam os saberes decoloniais e como estas podem produzir possíveis impactos nas licenciaturas. Apontamos como desafio das licenciaturas em Artes Visuais, a construção de um currículo que apresente conteúdos decoloniais, o que consideramos relevante na formação dos futuros docentes. A partir de uma abordagem qualitativa e quantitativa buscamos apresentar um panorama das licenciaturas em Artes Visuais nordestinas, a partir da análise de suas matrizes curriculares sob o viés decolonial, com base na pesquisa documental das matrizes e planos pedagógicos encontrados nos sites das respectivas licenciaturas. Concluimos que muito já foi feito, mas ainda temos muito a avançar tendo em vista que, há um número considerável de licenciaturas que ainda permanecem com uma estrutura curricular tradicional que não contempla os saberes decoloniais em suas disciplinas, e quando estão presentes muitas são disciplinas eletivas, ou seja, não são obrigatórias. Apontamos assim, as limitações do potencial de transformação do pensamento nas práticas pedagógicas no ensino de artes visuais. Dessarte, destacamos a importância dessa pesquisa para perspectivar uma necessidade de propor outras rotas curriculares para o enfrentamento das estruturas coloniais, ainda presentes nos currículos. O currículo de Artes Visuais com viés decolonial, é necessário e requer um exercício de alteridade em que sejam propostos e programados objetivos que envolvam a descolonização dos saberes, ou seja, a valorização e o respeito à diferença.

Palavras-Chave: Currículo tradicional. Currículo e decolonialidade. Artes Visuais. Universidade Federais do Nordeste. Licenciaturas.

¹ Doutoranda em Artes - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp)

E-mail: andrea.fraza@unesp.br Pesquisa: Artes Visuais afrobrasileiras, saberes decoloniais, mulheres negras; exposições de arte; arte/educação; artes visuais

² Doutorando em Educação - Universidade de São Paulo (USP). E-mail: waltermarques@usp.br

Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). Pesquisa: indígenas e o contato; educação em museus; arte/educação; arqueologia/antropologia; cerâmica; artes visuais; educação e tecnologia.

³ Mestrando em Educação - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB) Universidade Federal do Maranhão. Pedagoga. E-mail: aline.rachel@discente.ufma.br

INTRODUÇÃO

A decolonialidade surge como uma resposta à necessidade de incluir nos currículos educacionais brasileiros saberes e culturas que foram historicamente marginalizados. Nos cursos de Artes Visuais, a decolonialidade visa ampliar a representação cultural, promovendo uma visão crítica e inclusiva das artes. Este estudo examina como as universidades federais da região Nordeste do Brasil têm abordado essa questão nas licenciaturas em Artes Visuais e quais são os desafios e possibilidades de avanço.

Este artigo discute a presença e os desafios da decolonialidade nos currículos das licenciaturas em Artes Visuais das universidades federais do Nordeste brasileiro. A decolonialidade propõe uma revisão das práticas educativas, visando desestabilizar saberes hegemônicos e incluir perspectivas marginalizadas, como as culturas afro-brasileiras e indígenas. O estudo analisa a estrutura curricular e as disciplinas obrigatórias e optativas oferecidas, identificando lacunas e apontando a necessidade de mudanças estruturais que valorizem a diversidade cultural. A inclusão de saberes decoloniais pode transformar a formação docente, promovendo uma educação mais inclusiva e crítica.

Perguntamos então como podemos analisar os currículos das licenciaturas em Artes Visuais das Universidades Federais da Região Nordeste, e a presença de disciplinas pautadas na decolonialidade, e que contemplem os conteúdos da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena? Apesar do avanço na discussão sobre decolonialidade, muitos cursos ainda adotam uma estrutura curricular tradicional. Como os cursos de licenciatura em Artes Visuais da região Nordeste do Brasil, estão incluindo a história e saberes das culturas indígenas ou afro-brasileiras? As universidades e as licenciaturas em artes visuais tem contribuindo para uma formação decolonial de professoras/es? Que transformações são para currículos dos cursos de Artes Visuais nas UF's da Região Nordeste? Quantas e quais disciplinas balizadas no pensamento decolonial estão presentes nesses currículos? Para tanto vamos apresentar panorama dessas universidades e trazer importantes reflexões dos currículos e sua importância para formação de professores de artes visuais.

Os objetivos do trabalho são: Apresentar a discussão sobre a presença de disciplinas pautadas na perspectiva decolonial nos cursos de licenciatura em artes visuais, especificamente em contextos como as universidades federais do Nordeste do Brasil. Debater a decolonialidade no currículo dos cursos de licenciatura em artes visuais da região nordeste, Identificar e quantificar as disciplinas decoloniais optativas e obrigatórias nos cursos de licenciatura em artes visuais das universidades federais nordestinas.

Como metodologia temos a pesquisa bibliográfica com a revisão em que explorar o conceito de decolonialidade e analisamos como ele é aplicado nos currículos de Artes Visuais das universidades federais do Nordeste do Brasil. Essa metodologia inclui o levantamento de dados a partir de documentos curriculares e ementas das disciplinas oferecidas por essas instituições, focando na análise crítica sobre a presença (ou ausência) de conteúdos que abordem as culturas afro-brasileira e indígena. A pesquisa apresentada no trabalho é qualitativa, se concentra em uma análise crítica, interpretativa dos currículos, ementas e disciplinas relacionadas à decolonialidade nas licenciaturas em Artes Visuais. O estudo busca compreender as narrativas e valores culturais incluídos ou excluídos nos currículos, o que caracteriza uma abordagem qualitativa voltada para o entendimento das implicações culturais e pedagógicas. Adotados também os métodos quantitativos, com a coleta de dados numéricos ou análise estatística, com apresentação dos dados em gráficos.

DECOLONIALIDADE: DEBATES E CONCEITOS

A decolonialidade é um campo de estudos e uma perspectiva crítica que busca questionar e desconstruir as estruturas de poder e conhecimento impostas pelo colonialismo, que ainda persistem mesmo após o fim formal das colônias. Esse conceito aborda não apenas a dominação territorial e política, mas também a dominação cultural, educacional, epistêmica e econômica que molda as relações globais. O conceito de decolonialidade está fundamentado na crítica ao colonialismo e aos impactos persistentes das estruturas coloniais no conhecimento e na educação. Segundo Quijano e outros teóricos decoloniais, a decolonialidade busca subverter as narrativas eurocêntricas que dominam a educação, valorizando saberes locais, indígenas e afro-brasileiros, que desafiam o monopólio do conhecimento ocidental. A decolonialidade é crítica, uma pauta que se contrapõe à modernidade e a colonialidade. Está crítica questiona o processo e a estrutura do eurocentrismo/colonialidade/modernidade que é balizado nos silenciamentos e na subalternização.

Precisamos pensar e agir descolonialmente. Muito precisa ser feito, mas a crescente sociedade política global indica que as opções descoloniais aumentarão exponencialmente, e assim contribuirão para a remapear o fim da estrada para a qual a civilização ocidental e a matriz colonial de poder nos levar. Mais uma vez, a meta das opções descoloniais não é dominar, mas esclarecer, ao pensar e agir que os futuros globais não poderão mais ser pensados como um futuro global em que uma única opção disponível; afinal

quando apenas uma opção é disponível, “opção” perde inteiramente o seu sentido (Mignolo, 2017, p. 6).

O conceito de decolonialidade está fundamentado na crítica ao colonialismo e aos impactos persistentes das estruturas coloniais no conhecimento e na educação. Segundo Quijano e outros teóricos decoloniais, a decolonialidade busca subverter as narrativas eurocêntricas que dominam a educação, valorizando saberes locais, indígenas e afro-brasileiros, que desafiam o monopólio do conhecimento ocidental. Portanto, “requer desobediência epistêmica, porque o pensamento fronteiriço é por definição pensar na exterioridade, nos espaços e tempos que a auto-narrativa da modernidade inventou como seu exterior para legitimar sua própria lógica de colonialidade” (Mignolo, 2017, p. 30).

A descolonialidade é crítica, uma pauta que se contrapõem à modernidade e a colonialidade. Está crítica questiona o processo e a estrutura do eurocentrismo/colonialidade/modernidade que é balizado nos silenciamentos e na subalternização. O pensamento eurocêntrico aponta para modelo de educação regulada pela subalternização e epistemicídio. “o trabalho que procura desafiar e derrubar as estruturas sociais políticas e epistêmicas da colonialidade. Um pensar e agir pedagógico fundamentados na humanização e descolonização; isto é, no reexistir e no re-viver como processos de re-criação” (Walsh, 2009, p.38).

A decolonialidade não é apenas um projeto teórico, mas envolve uma práxis que busca reverter o apagamento de culturas, histórias e saberes não europeus, promovendo políticas de inclusão, valorização da diversidade cultural e formas alternativas de organização econômica e social. Em resumo, a decolonialidade visa dismantelar as hierarquias impostas pelo colonialismo, propondo a criação de um mundo multipolar e mais justo, onde diferentes culturas e conhecimentos possam coexistir sem subordinação. A decolonização do conhecimento requer uma ruptura com as hierarquias epistêmicas e uma valorização de epistemologias que não sejam exclusivamente ocidentais

CURRÍCULO E ESTRUTURAS DE PODER

Nos cursos de Artes Visuais, a predominância de conteúdos tradicionais reflete a influência de estruturas coloniais. Os currículos tendem a priorizar a história da arte ocidental, marginalizando as contribuições culturais locais e afro-indígenas. A estrutura curricular da maioria das universidades estudadas apresenta poucas disciplinas obrigatórias que abordem

diretamente a arte afro-brasileira e indígena, o que aponta para uma resistência institucional a uma formação mais diversa e inclusiva.

A universidade tem no seu cerne uma visão ocidentalizada que se constitui na matriz eurocêntrica colonial, com a reprodução epistêmica que estiveram a serviço da subalternização, hierarquização e apagamentos de outros saberes e conhecimentos. (Grosfoguel, 2016, p.25). As universidades brasileiras estão configuradas na reprodução sistemática de desigualdades sociais, historicamente delineadas por uma educação regulada pelo eurocentrismo.

Aníbal Quijano propõe o conceito de *colonialidade do poder*, este é fundamental para o pensamento decolonial. Ele argumenta que a coloniedade se mantém por meio de uma hierarquia racial e de poder que organiza a economia e a sociedade global, onde países do Sul Global e populações racializadas são marginalizadas. A colonialidade do Saber impos durante a colonização, o conhecimento ocidental, considerando este como legítimo, e coloca no centro das práticas acadêmicas e científicas, o conhecimento europeu e norte-americano, em contrapartida deslegitima e invisibiliza os saberes locais, indígenas e afro-diaspóricos.

A colonialidade do ser articulada com as outras, como versa Frantz Fanon, o colonialismo teve um grande impacto nas subjetividades e humanidade de outros grupos sociais, que esta pautado na estigmatização e desumanização de pessoas colonizadas.

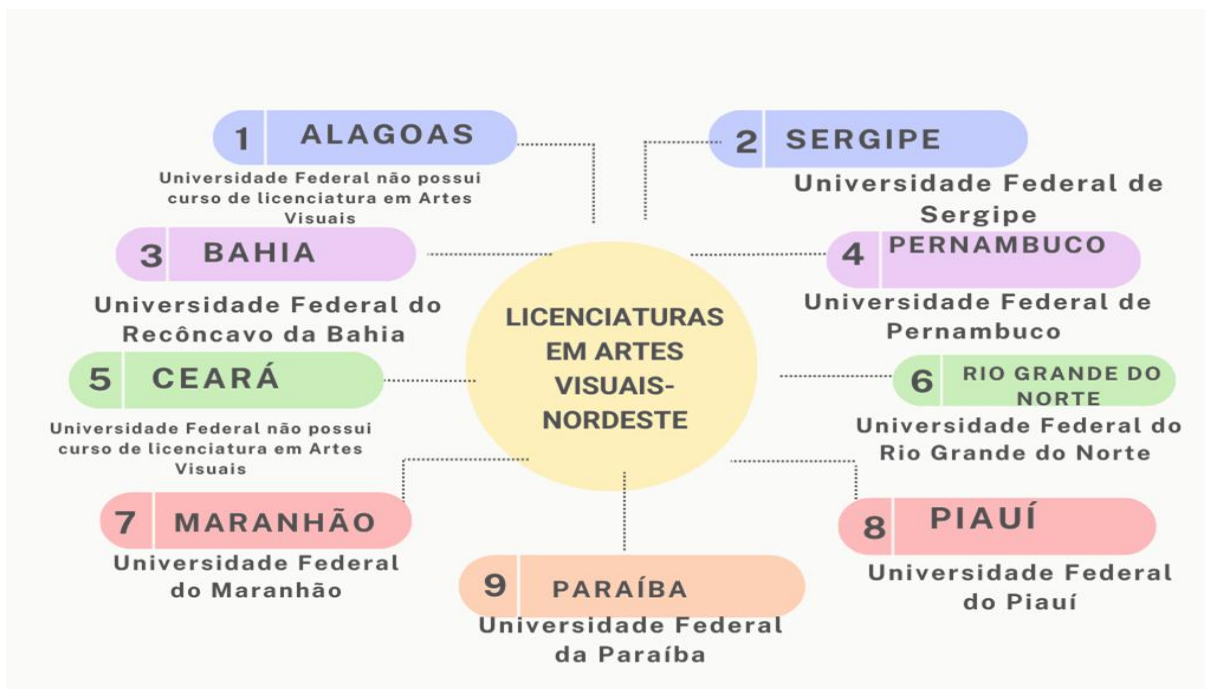
Conceitos como as *Epistemologias do Sul*, trabalhadas por Boaventura de Sousa Santos (2010), são balizares ao pensamento decolonial. Essas epistemologias propõem uma mudança valorização dos saberes e práticas locais e tradicionais, posicionando o conhecimento indígena e comunitário como igualmente válidos e importantes para enfrentar os desafios contemporâneos. É “um conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão, valorizam saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de diálogo horizontal entre conhecimentos” (Santos; Meneses, 2010, p. 53).

As universidades públicas brasileiras, tem papel decisivo na mudança educacional que deve possibilitar e impulsionar diferentes movimentos e práxis que podem causar transformações e debates emergenciais sobre as étnico-raciais dentre outras pautas.

Portanto questionar e mudar a ordenamento político-acadêmica-curricular dos cursos de licenciatura é essencial, urgente e necessária repensar em currículos pautados na decolonialidade que busque uma formação antirracista, afirmativa, e contra-hegemônica, que confronte e transforme a educação.

Universidades Federais do Nordeste: Cursos de licenciatura em Artes Visuais

Para nossa pesquisa fizemos um levantamento inicial de todas universidades federais da região nordeste e quais destas tinha ofertam cursos de licenciatura em artes visuais parqa tanto apresentamos o quadro abaixo:



Quadro 1 - Universidade federais da região Nordeste de Brasil. Fonte: Autoria própria.

Conforme o quadro apenas as Universidades Federais dos estados de Alagoas e Ceará não possuem cursos de licenciatura em Artes Visuais. As demais possuem cursos de licenciatura em Artes Visuais funcionando plenamente. Assim, seguimos com identificação e quantificação das disciplinas que contemplam a decolonialidade nos currículos de todas as licenciaturas. Buscando dados a partir de documentos curriculares e ementas das disciplinas oferecidas por essas instituições, focando na análise crítica sobre a presença (ou ausência) de conteúdos que abordem as culturas afro-brasileira e indígena. Conforme pesquisa nas sete universidade federais, identificamos:

1. **Bahia-** Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Disciplinas obrigatórias: Matrizes Étnico-raciais e pós-gênero na educação Carga horária: 68H Modalidade Disciplina Obrigatória. 6º semestre

Não possui disciplinas optativas com o tema.

2. **Maranhão-** Universidade Federal do Maranhão- UFMA

Disciplinas obrigatórias: Arte Indígena, Africana e Afro-brasileira – 60h 1º semestre

Disciplina Optativas

Práticas Espetaculares da Cultura Brasileira -- 60h

História e Cultura Afro-brasileiras e Indígena – 60h

Movimentos Sociais e Relações Étnico-raciais na América Latina – 60h

3. Paraíba- Universidade Federal da Paraíba

Disciplinas obrigatórias: Arte no Brasil I. 60h 3º semestre

História da Arte IV. 45 h 4º semestre

História da Arte V 60h 5º semestre

4. Piauí- Universidade Federal do Piauí

Disciplinas obrigatórias: História da Arte no Brasil I -- 60h

Disciplina Optativas

História da herança artística afrodescendente e indígena no Brasil 60h

5. Rio Grande do Norte– UFRN

Disciplinas obrigatórias: História da Arte no Brasil. 60h. 6º semestre

Perspectivas em Arte Contemporânea. Disciplina Obrigatória. 7º semestre

Disciplina Optativas

Fotografia, Retratos e Identidades Culturais. 60H

6. Sergipe- Universidade Federal de Sergipe

Disciplinas obrigatórias: Antropologia I - 60h 1º semestre

Disciplina Optativas

Etnologia Brasileira I 60h

Etnologia Brasileira II 60h

7. Pernambuco– Universidade Federal de Pernambuco

Disciplinas obrigatórias: História da Arte 1. 60h 1º semestre

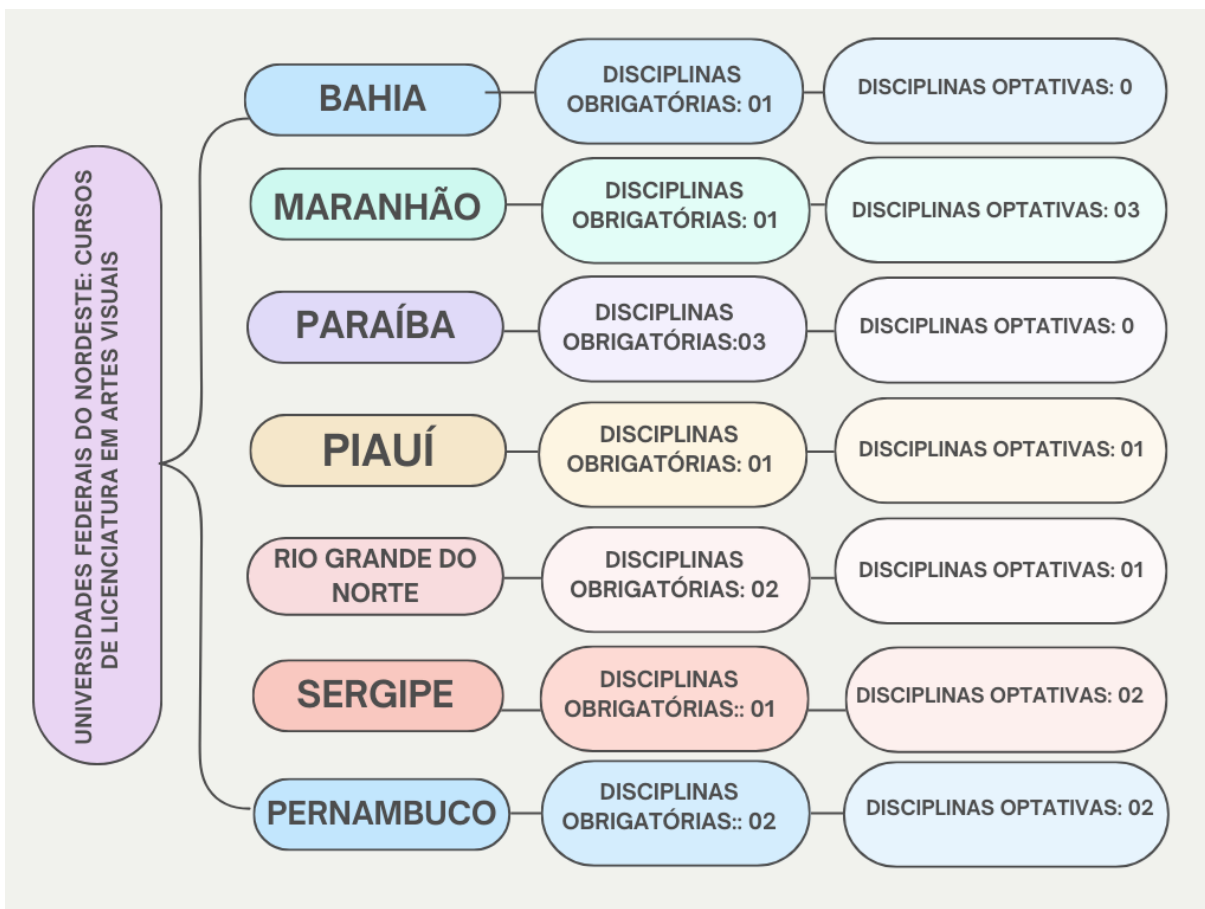
Arte e Diversidade étnico-cultural. 45h. Disciplina Obrigatória. 7º semestre

Disciplina Eletivas

História das Técnicas Artísticas. 30H

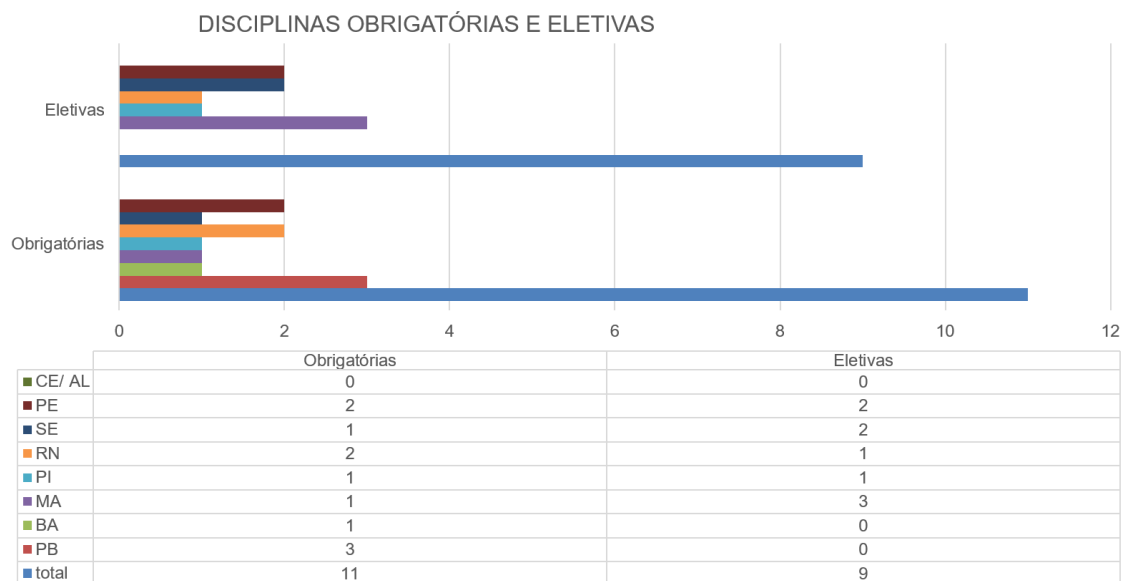
Educação Escolar Indígena 60h

Baseado nestes dados temos o quadro abaixo:



Quadro 2 - universidade federais da região nordeste de Brasil. Disciplinas obrigatórias e optativas Fonte: Autoria própria.

Embora as disciplinas obrigatórias estejam em maior quantidade, indicamos que as ementas destas não contemplam todos os conteúdos essenciais sobre a história, cultura e arte africana, afrobrasileira e indígenas. E apenas a Universidade Federal da Paraíba tem 3 disciplinas, sendo as outras universidades têm apenas 1. Sendo assim as eletivas acabam por complementar as lacunas encontradas estrutura curricular.



Quadro 3 - Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil. Disciplinas obrigatórias e optativas Fonte: Autoria própria.

Temos sete Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil com cursos de licenciatura em artes visuais que são: Bahia- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Maranhão - Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Paraíba- Universidade Federal da Paraíba, Piauí - Universidade Federal do Piauí, Rio Grande do Norte – UFRN, Sergipe - Universidade Federal de Sergipe, Pernambuco – Universidade Federal de Pernambuco. Conforme o quadro temos o total de 11 (onze) disciplinas obrigatórias e 09 (nove) optativas. Nesse sentido que embora, tenhamos conquistado avanços importante na inclusão de temas e agendas decoloniais nos cursos de licenciaturas, porém temos muito questões importantes na mudança. Embora todos esforços academia precisa modificar suas bases, pois assim contuaremos com caminhando para formação onde,

“Os educadores são formados para reproduzir fielmente a epistemologia dominante, numa matriz institucional dada e herdada da época colonial, com o desejo de "produzir" cidadãos que respondam ao projeto nacional e internacional dominante. (...) Enquanto não se tiver plena consciência do “caráter colonial” da educação realmente existente, o discurso da "descolonização" e de uma "educação decolonial" acaba por ser mera retórica e mistificação (Estermann; Tavares, 2017, p. 24).

É urgente uma ruptura de padrões e construções comprometida de dialogos inter-espistêmicos. Analisando os dados obtidos consideramos que embora os documentos ementas e planos cite as leis 10.639/2003 e 11645/2008 que versam sobre a obrigatoriedade das histórias e culturas africanas, afrobrasileiras e indígenas, as disciplinas obrigatórias estejam em maior número, ainda não abrangem todos os temas, isso reforça que a estruturas curriculares

das licenciaturas permanecem com uma tradicionalmente pautadas nos conhecimentos eurocentrados e estadunidenses que não contemplam em sua plenitude os saberes decoloniais dessas culturas. As disciplinas eletivas são importantes, mas não são ofertadas de forma regular.

A decolonialidade na educação precisa buscar abordagens críticas e interpretativas que questionem as relações de poder e os pressupostos culturais que moldam a interpretação de saberes. Nessa perspectiva, interpretação vai além de simplesmente compreender e traduzir culturas diferentes; ela busca desvelar as camadas de dominação, exclusão e imposição epistêmica que frequentemente acompanham o encontro entre culturas. Portanto as instituições e aos processos educacionais, além das leis sobre educação, currículos e avaliações não podem tornar eletivas as responsabilidades de mudança na formação plena de professores. A decolonialidade nas universidades e na educação superior constitui um projeto insurgente. Para ser decolonial, não basta que uma universidade inclua grupos social e economicamente desfavorecidos ou que integre culturas diferentes da hegemônica. É essencial que ela se decolonize em todas as suas práticas e estruturas. A decolonialidade da educação exige, não só um diálogo inter-epistêmico, no sentido de uma interculturalidade crítica, mas, sobretudo, uma ruptura epistemológica intercultural, superando as formas funcionais de interculturalismo e de multiculturalismo descritivo (Estermann; Tavares, 2017, p. 24).

Apontamos, portanto, as limitações do potencial transformador das práticas pedagógicas no ensino de artes visuais, especialmente no que diz respeito ao enfrentamento de estruturas coloniais presentes nos currículos. Nesse sentido, esta pesquisa ressalta a necessidade de traçar novas rotas curriculares, capazes de desconstruir essas estruturas e promover uma educação verdadeiramente inclusiva e plural. Os currículos de Artes Visuais com perspectiva decolonial torna-se essencial, exigindo um exercício de alteridade no qual sejam planejados e aplicados objetivos voltados à descolonização dos saberes, valorizando e respeitando a diversidade cultural.

IMPACTO DA INCLUSÃO DE SABERES DECOLONIAIS

A incorporação de saberes decoloniais pode impactar positivamente a formação de futuros professores, incentivando uma visão crítica e ampliada sobre as artes visuais. A inclusão desses conteúdos promove uma prática pedagógica que valoriza a diversidade,

fomenta a inclusão social e desafia estereótipos. Além disso, fortalece o reconhecimento de artistas e movimentos culturais locais, que são relevantes para a identidade cultural e histórica das regiões onde as universidades estão inseridas.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

A resistência à mudança curricular é um dos maiores desafios para a implementação de uma abordagem decolonial. Mesmo com disciplinas optativas e algumas obrigatórias que tocam nesses temas, a estrutura ainda privilegia conteúdos eurocêntricos. Para superar esses desafios, é necessário:

- **Reconhecimento Institucional:** Apoio institucional é fundamental para reformar os currículos e incluir disciplinas obrigatórias sobre culturas marginalizadas.
- **Formação Contínua:** Professores e alunos devem receber formação contínua em decolonialidade para que possam aplicar e desenvolver práticas pedagógicas inclusivas.
- **Iniciativas Comunitárias:** Envolver a comunidade acadêmica e regional na construção do currículo pode contribuir para uma educação mais representativa e inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A decolonialidade no currículo das licenciaturas em Artes Visuais é essencial para a formação de professores comprometidos com uma educação inclusiva e plural. Embora existam algumas disciplinas que contemplam saberes afro-brasileiros e indígenas, ainda há um longo caminho para que essas temáticas sejam integralmente integradas nos currículos de forma obrigatória. Promover discussões e ações de mudança é crucial para desconstruir as estruturas coloniais e criar uma prática pedagógica que valorize a diversidade cultural.

A análise levanta questões fundamentais sobre as práticas pedagógicas no ensino de artes visuais e a necessidade de um currículo com enfoque decolonial. Esse enfoque visa transformar o ensino de artes visuais em uma prática que desafia as estruturas coloniais, propondo o reconhecimento e a valorização de múltiplas perspectivas e saberes culturais. O viés decolonial no currículo de artes visuais permite que sejam enfatizados objetivos que promovem a diversidade cultural, a inclusão de narrativas e referências históricas de povos indígenas, afrodescendentes, entre outros grupos historicamente marginalizados. Esse

processo envolve um exercício de alteridade, como você menciona, no qual educadores e alunos se envolvem ativamente na desconstrução de conceitos e estéticas hegemônicas. Aqui, um currículo decolonial se propõe a: Ampliar o repertório de referências artísticas: valorizando artistas e formas de expressão que fogem aos cânones eurocêntricos e que muitas vezes são marginalizados nos currículos tradicionais. Desenvolver uma pedagogia crítica: que incentive a reflexão sobre as estruturas de poder e opressão que moldaram as narrativas visuais ao longo do tempo. Promover a ética da alteridade e do respeito à diferença: considerando a diversidade de contextos culturais, subjetivos e históricos dos alunos e suas comunidades.

O currículo é uma proposta transformadora, que deve buscar empoderar os licenciandos a reconhecerem e respeitarem a diferença e a contribuírem para uma sociedade mais equitativa e plural, onde os saberes locais e não hegemônicos ganhem protagonismo na formação das novas gerações de professores nas Universidade Federais nordestinas.

Referências

BALESTRIN, Luciana. América Latina e giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio/ago, 2013.

STERMANN, Josef; TAVARES, Manuel; GOMES, Sandra. Interculturalidade crítica e decolonialidade da educação superior: para uma nova geopolítica do conhecimento. **Laplage em Revista**, vol. 3, núm. 3, 2017 Universidade Federal de São Carlos, Brasil.

MIGNOLO, W. **Histórias locais, projetos globais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica: retórica de la modernidade, lógica de la colonialidade, gramática de la descolonialidad**. 1. ed. Buenos Aires: Del Signo, 2010.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SANTOS, Boaventura Sousa Santos; MENESES, Maria Paula M(Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010, p. 84-130.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Centro de Investigaciones Sociales (CIES), Lima, 2005.

SANTOS, Boaventura Sousa (org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Boaventura Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver**. In: CANDAU, Vera Lúcia (org.). Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. 2009, p. 12-42.